



A SUA EXCELÊNCIA  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/030/2023/XII

**Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores**

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 6 de fevereiro de 2023

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar



Vasco Alves Cordeiro

## REQUERIMENTO

### O CADA VEZ MAIS INQUIETANTE AJUSTE DIRETO PROMOVIDO PELA DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

A 29 de novembro de 2022, o Grupo Parlamentar do PS/Açores, através do Requerimento n.º 511, fez questionar o Governo Regional de coligação PSD/CDS-PP/PPM, apoiado pelo CH e pelo IL, e mais concretamente à Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, quanto ao procedimento de ajuste direto para a aquisição de serviços para “*Criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores*”.

Requereu, entre outras, cópias das peças procedimentais, dos convites realizados e das respostas das entidades convidadas e das suas eventuais propostas.

Ora, na sequência das informações disponibilizadas pelo Governo Regional, a 25 de janeiro p.p., foi possível concluir que o Governo Regional, através da Direção Regional do Turismo, selecionou como empresas a convidar à apresentação de propostas: a Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda., a CDICEP – Central de Informação, Comunicação, Eventos e Publicações, Lda. e a OPIUM, Lda., curiosamente, as três sedeadas no Porto.

Mais se pôde concluir que, das três entidades convidadas, apenas a Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda., apresentou proposta. As empresas CDICEP – Central de Informação, Comunicação, Eventos e Publicações, Lda. e OPIUM, Lda. não apresentaram proposta, tendo comunicado, inclusive, a sua indisponibilidade para o efeito.

Tudo isto, aparentemente, seria normal e regular se, na sequência de uma simples pesquisa *on line*, às páginas das empresas convidadas, não fosse possível concluir que, mais uma vez, nenhuma das três empresas tinha experiência em matéria estudos ou consultoria na área objeto do concurso: o Turismo e a certificação de sustentabilidade!!!

A saber: a Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda., é dedicada aos estudos, projetos e consultoria na área do território, a CDICEP – Central de Informação, Comunicação, Eventos e Publicações, Lda., dedicada a atividades de relações públicas e comunicação, produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão; programação informática e atividades fotográficas, e a Opium Lda, dedicada às indústrias criativas!

Ora, esta situação repete a mesma metodologia descrita nos Requerimentos 480 e 532, relativos ao ajuste direto à VCDuarte, Lda, para o estudo de “Elaboração de Estudo sobre o Transporte Marítimo de Mercadorias na Região Autónoma dos Açores”.

E permite concluir, mais uma vez, o seguinte: ou estamos perante uma inqualificável utilização, pelo Governo Regional, dos dinheiros públicos e dos interesses da Região na gestão de conhecimentos político-partidários (como se descreve no Requerimento 511), ou perante um procedimento público ferido de ligeireza ou mesmo incompetência de quem propôs e decidiu pelo convite a essas entidades com o assentimento da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

E esta matéria é tanto mais grave porque estamos a falar de procedimentos no sector do Turismo, enquanto área decisiva e estratégica para o desenvolvimento dos Açores, para o qual a marca de sustentabilidade se pretende consolidar com diferenciadora face aos demais destinos.

Ora, este Governo Regional da direita, em pleno agravar da crise das famílias e empresas dos Açores, e sem cuidar da real importância de traçar linhas estratégicas para o difícil ano de 2023 e seguintes, dá como prioridade, para o sector do Turismo dos Açores, sem qualquer concertação que se conheça, a formulação de um burocrático “*modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores*”, ao qual associa um procedimento eivado de dúvidas e suspeições ainda por esclarecer.

Assim, ao abrigo das disposições estatutária e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, abaixo signatários, requerem a seguinte informação:

1 – No âmbito do procedimento de aquisição de serviços para «*Criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do*



sector do turismo dos Açores», quem propôs que se promovesse o convite às empresas Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda., CDICEP – Central de Informação, Comunicação, Eventos e Publicações, Lda. e OPIUM, Lda. e qual a fundamentação para essa escolha?

2 – A escolha foi do conhecimento da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas ou do respetivo Gabinete? Em caso afirmativo, solicitam-se cópias dessas comunicações.

3 - Cópia da informação e do despacho da Diretora Regional do Turismo que fundamentam a abertura do procedimento de aquisição de serviços para «Criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores» e convite às empresas Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda., CDICEP – Central de Informação, Comunicação, Eventos e Publicações, Lda. e OPIUM, Lda..

Horta, 06 de fevereiro de 2023

OS DEPUTADOS

Carlos Silva

Rui Anjos